

No. 34733

**Brazil
and
European Space Agency**

Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the European Space Agency for the establishment and use of means of tracking and telemeasurement located in the Brazilian territory. Brasília, 3 May 1994 and Paris, 3 May 1994

Entry into force: *24 October 1996 by notification, in accordance with article XIV*

Authentic texts: *French and Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 23 June 1998*

**Brésil
et
Agence spatiale européenne**

Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Agence spatiale européenne pour l'établissement et l'utilisation de moyens de poursuite et de télémessure situés sur le territoire brésilien. Brasília, 3 mai 1994 et Paris, 3 mai 1994

Entrée en vigueur : *24 octobre 1996 par notification, conformément à l'article XIV*

Textes authentiques : *français et portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 23 juin 1998*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E A AGÊNCIA ESPACIAL EUROPÊIA
PARA O ESTABELECIMENTO E UTILIZAÇÃO DE MEIOS DE RASTREAMENTO
E DE TELEMEDIDA SITUADOS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO

O Governo da República Federativa do Brasil (daqui por diante denominado "Governo brasileiro"), representado pelo Almirante de Esquadra Arnaldo Leite Pereira, Presidente da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais

e

A Agência Espacial Européia (daqui por diante denominada "Agência"), criada pela Convenção aberta à assinatura em Paris a 30 Mai 75 e vigente a 30 Out 80, representada por seu Diretor Geral, Senhor Jean-Marie Luton

CONSIDERANDO o Acordo entre o Governo brasileiro e a Agência para o estabelecimento e a utilização de meios de rastreamento e de telemídia a serem instalados em território brasileiro, firmado em 20 Jun 77 e em vigor a 04 Jul 80, daqui por diante denominado "Acordo",

DESEJOSOS de dar prosseguimento à cooperação estabelecida com base no Acordo, para fins exclusivamente pacíficos,

LEVANDO EM CONTA os artigos XIII.1 e 2 do Acordo,

ACORDARAM NO SEGUINTE:

ARTIGO I

1. O Governo brasileiro autoriza e garante a utilização das instalações do centro de lançamento de Natal para o programa Ariane. Para essa finalidade, o Governo brasileiro adaptará o equipamento do centro de lançamento, fornecendo a infra-estrutura necessária e autorizando a instalação de novos equipamentos da Agência.
2. O Governo brasileiro assegura a exploração das instalações do centro de lançamento, mantendo-as em condição operacional apropriada à boa execução dos lançamentos Ariane. O Governo brasileiro envidará os esforços possíveis para que os lançamentos Ariane se beneficiem de prioridade para a utilização dessas instalações. As Partes consultar-se-ão a fim de evitar qualquer conflito entre os lançamentos Ariane e os outros lançamentos efetuados a partir do centro de lançamento. As modalidades empregadas nesta prioridade, serão definidas no Protocolo entre o Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento do Ministério da Aeronáutica (daqui por diante denominado "DEPED") e o

Centro Nacional de Estudos Espaciais (daqui por diante denominado "CNES"), observado o artigo III, parágrafo 2 seguinte.

ARTIGO II

A pedido da Agência, o Governo brasileiro envidará também os esforços possíveis para autorizar a utilização das instalações do centro de lançamento de Alcântara. O Governo brasileiro e a Agência estabelecerão um Ajuste definindo as condições específicas de sua utilização.

ARTIGO III

1. O Governo brasileiro e a Agência designam, respectivamente, a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais e o Centro Nacional de Estudos Espaciais para a execução do presente Acordo.
2. Nos limites de competências que lhes são delegadas no quadro do presente Acordo, o DEPED e o CNES definirão em um Protocolo a natureza e o nível dos serviços a serem prestados, os procedimentos de manutenção e de operação bem como as modalidades financeiras com base nos princípios estabelecidos no artigo IV.

ARTIGO IV

1. A COBAE e o CNES definirão um programa de renovação das instalações e equipamentos do centro de lançamento para o período de recondução do Acordo. Este programa será revisto conjuntamente a cada ano e um relatório será enviado ao Governo brasileiro e à Agência.

2. O Protocolo entre o DEPED e o CNES mencionado no artigo III.2, definirá os procedimentos permitindo chegar a uma repartição razoável dos encargos financeiros ocasionados pelo programa de renovação, uma vez aceito.
3. Os serviços prestados pelo centro de lançamento para os lançamentos Ariane, terão seus custos assumidos pela Agência, por campanha de lançamento, aprovadas pela COBAE e pela Agência, esta agindo como intermediária do CNES.
4. O Governo brasileiro permanece proprietário das instalações e equipamentos que tenham sido objeto de atualização, incluindo aqueles cujo financiamento tenha sido assegurado, total ou parcialmente, pela Agência.
5. O Governo brasileiro e a Agência definirão conjuntamente as modalidades de instalação, de utilização e o regime de propriedade dos equipamentos adicionais novos, necessários para os lançamentos Ariane. Estes equipamentos estarão igualmente à disposição do Governo brasileiro para as atividades espaciais realizadas com fins exclusivamente pacíficos, sob sua responsabilidade.

ARTIGO V

1. O Governo brasileiro e a Agência definirão de comum acordo as áreas de tecnologia que, para fins do presente Acordo e no quadro de seus respectivos procedimentos, forem objeto de transferência de

informações, bem como o acesso dos técnicos brasileiros a tais informações. A Agência manterá o Governo brasileiro informado do desenvolvimento de suas atividades e programas de lançamento e o notificará logo que possível, das novas necessidades ocasionadas pelo desenvolvimento de novas configurações do lançador Ariane.

2. O Governo brasileiro facilitará todas as providências administrativas tomadas pela Agência ou pelo CNES, no quadro da presente cooperação. A Agência envidará esforços, por solicitação do Governo brasileiro, para facilitar a formação de pessoal e de lhe fornecer qualquer outra forma de assistência no quadro de sua missão, em particular para o fornecimento, na Europa, dos equipamentos utilizados ou suscetíveis de utilização pelos lançamentos Ariane, conforme as suas regras e procedimentos.

ARTIGO VI

O Governo brasileiro e a Agência tomarão as medidas necessárias para assegurar o desenvolvimento normal de seus respectivos programas.

ARTIGO VII

1. O Governo brasileiro autorizará, conforme a legislação brasileira, a utilização das frequências rádio-elétricas necessárias às atividades do centro de lançamento de Natal, para a execução do programa Ariane. O Governo brasileiro garantirá igualmente a proteção das telecomunicações e das recepções rádio-elétricas.

2. O Governo brasileiro assegurará à Agência o acesso à rede brasileira de telecomunicações e à rede internacional de telecomunicações.

ARTIGO VIII

A Agência poderá importar ou exportar, com isenção de taxas alfandegárias, os equipamentos, o material de reposição e os aparelhos de medidas de sua propriedade, que não tenham similar nacional, para os fins das atividades do centro de lançamento.

ARTIGO IX

1. As facilidades de permanência e de trânsito em território brasileiro serão concedidas ao pessoal da Agência e do CNES, bem como às pessoas por eles designadas, que participem das atividades do programa Ariane em território brasileiro.
2. A remuneração paga pela Agência a seu pessoal não é sujeita ao imposto de renda desde que não tenha residência no país ou que não permaneça mais de 183 dias no Brasil, durante cada exercício financeiro.

ARTIGO X

As Partes farão intercâmbio dos dados técnicos e científicos à sua disposição, relativos à utilização dos equipamentos de telemedida e de rastreamento, para seus respectivos programas. Cada uma das Partes se compromete a não divulgar esses dados a terceiros, sem prévia autorização da outra Parte.

ARTIGO XI

1. Em caso de danos causados a nacionais de um Estado que não seja o Brasil ou um dos Estados membros da Agência e que impliquem em responsabilidade prevista pelo direito internacional em matéria de danos causados por objetos espaciais, o Governo brasileiro será responsável apenas pelas despesas e indenizações devidas, caso os danos tenham sido causados por erro operacional do sistema radar e/ou de rastreamento, sob responsabilidade brasileira. A Agência será responsável pelas despesas e indenizações devidas em todos os demais casos.
2. Os prejuízos de qualquer natureza causados às pessoas a serviço da Agência ou do Governo brasileiro, que participem de atividades ligadas à execução do programa Ariane, serão indenizados pela Parte a serviço da qual se encontre a vítima, salvo em caso de falta grave ou de ação ou omissão intencional com o fim de acarretar danos.
3. As disposições do parágrafo 2 aplicam-se igualmente em caso de danos causados aos bens das Partes.

ARTIGO XII

Qualquer controvérsia relativa à execução ou à interpretação do presente Acordo, que não puder ser objeto de solução amigável entre o Governo brasileiro e a Agência, será submetida, a pedido de uma das Partes, a um tribunal de arbitragem a ser estabelecido pelas

Partes, de comum acordo, a menos que as Partes não concordem com outra forma de solução da controvérsia.

ARTIGO XIII

1. O presente Acordo terá a duração de quatro anos e poderá ser prorrogado por consentimento mútuo entre as Partes, que decidirão sobre a duração e condições dessa prorrogação.
2. O presente Acordo poderá ser modificado por consentimento mútuo entre as Partes, a pedido de uma delas. As modificações acordadas entre as duas Partes entrarão em vigor após troca de notas entre o Governo brasileiro e a Agência.
3. O presente Acordo poderá ser denunciado em caso de força maior ou de qualquer acontecimento ou ato que impeça definitivamente uma das Partes de cumprir suas obrigações. Nesse caso, as Partes procederão às medidas de liquidação, inclusive à conclusão das atividades em curso.

ARTIGO XIV

O presente Acordo entrará em vigor na data em que cada Parte notificar à outra, por escrito, que as formalidades respectivas, necessárias à sua validade, foram cumpridas.

Feito em Brasília e em Paris, aos *trceiro* dias do mês
de *maio* de mil novecentos e noventa e quatro, em dois
originais, em português e francês, cada texto sendo igualmente
autêntico. A Agência elaborará as versões nos idiomas inglês e alemão.

Pelo Governo da
República Federativa do Brasil


Arnaldo Leite Pereira

Pela
Agência Espacial Européia


Jean-Marie Luton

[FRENCH TEXT — TEXTE FRANÇAIS]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE
DU BRÉSIL ET L'AGENCE SPATIALE EUROPÉENNE POUR L'ÉTABLISSEMENT
ET L'UTILISATION DE MOYENS DE POURSUITE ET DE
TÉLÉMESURE SITUÉS SUR LE TERRITOIRE BRÉSILIEN

Le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil (dénommé ci-après "le Gouvernement brésilien"), représenté [par] l'Amiral d'Escadre Arnaldo Leite Pereira, Président de la Commission Brésilienne des Activités Spatiales,

et

l'Agence Spatiale Européenne (dénommée ci-après "l'Agence"), créée par la Convention ouverte à la signature à Paris le 30 mai 1975¹ et entrée en vigueur le 30 octobre 1980, représentée par son Directeur Général, Monsieur Jean-Marie Luton,

Considérant l'Accord entre le Gouvernement brésilien et l'Agence pour l'établissement et l'utilisation de moyens de poursuite et de télémessure à installer sur le territoire brésilien, signé le 20 juin 1977², entré en vigueur le 4 juillet 1980, ci-après dénommé "l'Accord",

Désireux de poursuivre la coopération engagée sur la base de l'Accord, à des fins exclusivement pacifiques,

Vu l'article XIII.1 et 2, de l'Accord,

Sont convenus de ce qui suit :

Article I

1. Le Gouvernement brésilien autorise et garantit l'utilisation des installations du champ de tir de Natal pour le programme Ariane. À cet effet, le Gouvernement brésilien adapte l'équipement du champ de tir, en fournissant l'infrastructure nécessaire et en autorisant l'installation de nouveaux équipements de l'Agence.

2. Le Gouvernement brésilien assure l'exploitation des installations du champ de tir et les maintient dans un état opérationnel approprié à la bonne exécution des lancements Ariane. Le Gouvernement brésilien fera ses meilleurs efforts pour que les lancements Ariane bénéficient de la priorité pour l'utilisation de ces installations. Les Parties se consultent en vue d'éviter tout conflit entre les lancements Ariane et les autres lancements effectués à partir du champ de tir. Les modalités de mise en œuvre de cette priorité sont définies dans le Protocole entre le Département de Recherches et Développement [du] Ministère de l'Aéronautique (dénommé ci-après le "DEPED") et le Centre National d'Études Spatiales (dénommé ci-après le "CNES"), visé à l'article III, paragraphe 2, ci-après.

1. Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1297, p. 161.

2. *Ibid.*, vol. 1366, p. 3.

Article II

À la demande de l'Agence, le Gouvernement brésilien fera ses meilleurs efforts pour autoriser l'utilisation par ailleurs des installations du champ de tir d'Alcantara. Le Gouvernement brésilien et l'Agence établiront un Avenant définissant les conditions spécifiques de leur utilisation.

Article III

1. Le Gouvernement brésilien et l'Agence donnent mandat, respectivement, à la Commission Brésilienne des Activités Spatiales et au Centre National d'Études Spatiales pour l'exécution du présent Accord.

2. Dans les limites des compétences qui leur sont déléguées dans le cadre du présent Accord, le DEPED et le CNES définissent dans un Protocole la nature et le niveau des prestations à fournir, les procédures de maintenance et d'opération ainsi que les modalités financières sur la base des principes figurant à l'article IV.

Article IV

1. La COBAE et le CNES définissent un programme de renouvellement des installations et équipements du champ de tir pour la période de reconduction de l'Accord. Ce programme est revu conjointement chaque année et rapport en est fait au Gouvernement brésilien et à l'Agence.

2. Le Protocole entre le DEPED et le CNES visé à l'article III.2, ci-dessus définit les procédures permettant d'arriver à une répartition raisonnable des charges financières induites par le programme agréé de renouvellement.

3. Les prestations du champ de tir au bénéfice des lancements Ariane sont prises en charge par l'Agence au titre d'un forfait par campagne de lancement, agréé entre la COBAE et l'Agence, celle-ci agissant par l'intermédiaire du CNES.

4. Le Gouvernement brésilien demeure propriétaire des installations et équipements qui ont fait l'objet du renouvellement, y compris de celles dont le financement a été assuré en tout ou en partie par l'Agence.

5. Le Gouvernement brésilien et l'Agence définiront conjointement les modalités d'installation, d'utilisation et le régime de propriété des équipements additionnels nouveaux nécessaires pour les lancements Ariane. Ces équipements seront également à la disposition du Gouvernement brésilien pour les activités spatiales conduites à des fins exclusivement pacifiques sous sa responsabilité.

Article V

1. Le Gouvernement brésilien et l'Agence définiront d'un commun accord les domaines de technologie qui, aux fins du présent Accord et dans le cadre de leurs procédures respectives, font l'objet de transfert d'informations, ainsi que l'accès par des techniciens brésiliens à ces informations. L'Agence tient le Gouvernement brésilien informé du déve-

loppement de ses activités et programmes de lancement et lui notifie aussitôt que possible les besoins nouveaux induits par le développement de nouvelles configurations du lanceur Ariane.

2. Le Gouvernement brésilien facilite toutes démarches administratives entreprises par l'Agence ou le CNES dans le cadre de la présente coopération. L'Agence s'efforce à la demande du Gouvernement brésilien de faciliter la formation du personnel et de lui fournir toute autre assistance dans le cadre de sa mission, en particulier pour l'approvisionnement en Europe des équipements utilisés ou susceptibles d'être utilisés pour les lancements Ariane, selon ses règles et procédures.

Article VI

Le Gouvernement brésilien et l'Agence prennent les mesures nécessaires pour assurer le déroulement normal de leurs programmes respectifs.

Article VII

1. Le Gouvernement brésilien autorise, conformément à la législation brésilienne, l'utilisation des fréquences radioélectriques nécessaires aux activités du champ de tir de Natal pour l'exécution du programme Ariane. Le Gouvernement brésilien assure également la protection des télécommunications et des réceptions radioélectriques.

2. Le Gouvernement brésilien assure à l'Agence l'accès au réseau brésilien de télécommunications et l'accès au réseau international de télécommunications.

Article VIII

L'Agence peut importer ou exporter en exemption des droits de douane les équipements, le matériel de rechange et les appareils de mesure de sa propriété, n'ayant pas d'équivalent brésilien, aux fins des activités du champ de tir.

Article IX

1. Des facilités de séjour et de circulation sur le territoire brésilien sont accordées au personnel de l'Agence et du CNES, ainsi qu'aux personnes désignées par eux qui participent aux activités du programme Ariane sur le territoire brésilien.

2. Les émoluments versés par l'Agence à son personnel ne sont pas soumis à l'impôt sur le revenu, à condition qu' il ne soit pas résident et qu'il ne reste pas plus de 183 jours au Brésil au cours de chaque exercice financier.

Article X

Les Parties échangent les données techniques et scientifiques à leur disposition concernant l'utilisation des équipements de télémessure et de poursuite pour leurs programmes respectifs. Chacune des Parties s'engage à ne pas divulguer ces données à des tiers sans le consentement préalable de l'autre Partie.

Article XI

1. En cas de dommages causés à des ressortissants d'un État qui ne soit ni le Brésil ni l'un des États membres de l'Agence et qui impliquent une responsabilité sur le plan de droit international en matière de dommages causés par des objets spatiaux, le Gouvernement brésilien n'est responsable que des dépenses et indemnisations dues au cas où les dommages auraient été causés par une erreur opérationnelle du système radar et/ou de poursuite sous responsabilité brésilienne. L'Agence est responsable pour les dépenses et indemnisations dues dans tous les autres cas.

2. Les préjudices de toute nature causés aux personnes au service de l'Agence ou du Gouvernement brésilien, qui participent aux activités liées à l'exécution du programme Ariane, sont indemnisés par la Partie au service de laquelle se trouve la victime, sauf en cas de faute lourde ou d'action ou d'omission intentionnelle entraînant des dommages.

3. Les dispositions du paragraphe 2 s'appliquent également en cas de dommages causés aux biens des Parties.

Article XII

Tout différend relatif à l'exécution ou à l'interprétation du présent Accord qui n'aura pu faire l'objet d'un règlement à l'amiable entre le Gouvernement brésilien et l'Agence sera soumis à la demande d'une des Parties à un tribunal d'arbitrage à établir par les Parties d'un commun accord à moins que les Parties ne conviennent d'un autre mode de règlement du différend.

Article XIII

1. Le présent Accord est conclu pour une durée de quatre ans et peut être prolongé par consentement mutuel entre les Parties, qui décident de la durée et des conditions de cette prolongation.

2. Le présent Accord peut être amendé par consentement mutuel entre les Parties, à la demande de l'une d'elles. Les amendements convenus entre les deux Parties entrent en vigueur après échange de notes entre le Gouvernement brésilien et l'Agence.

3. Le présent Accord peut être dénoncé en cas de force majeure ou de tout événement, acte, interdisant à l'une des Parties de remplir de manière définitive ses obligations. Dans ce cas, les Parties arrêtent les mesures de liquidation, y compris l'achèvement des activités en cours.

Article XIV

Le présent Accord entre en vigueur à la date à laquelle chaque Partie aura notifié à l'autre, par écrit, que les formalités respectives nécessaires à sa validité ont été accomplies.

Fait à Brasília et Paris, le trois mai, mil neuf cent quatre-vingt quatorze, en deux originaux, en portugais et en français, chaque texte faisant également foi. L'Agence établit des versions en langues anglaise et allemande.

Pour le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil :

ARNALDO LEITE PEREIRA

Pour l'Agence Spatiale Européenne :

JEAN-MARIE LUTON

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE EUROPEAN SPACE AGENCY ON THE ESTABLISHMENT AND USE OF TRACKING AND TELEMETRY EQUIPMENT LOCATED IN BRAZILIAN TERRITORY

The Government of the Federative Republic of Brazil (hereinafter referred to as "the Brazilian Government"), represented by Admiral Arnaldo Leite Pereira, Chairman of the Brazilian Space Activities Commission,

and

The European Space Agency (hereinafter referred to as "the Agency") established by the Convention opened for signature in Paris on 30 May 1975,¹ which entered into force on 30 October 1980, represented by its Director-General, Mr. Jean-Marie Luton,

Considering the Agreement between the Brazilian Government and the Agency on the establishment and use of tracking and telemetry equipment to be installed in Brazilian territory, which was signed on 20 June 1977² and entered into force on 4 July 1980, hereinafter referred to as "the Agreement",

Desiring to pursue, solely for peaceful purposes, the cooperation initiated on the basis of the Agreement,

Having regard to article XIII, paragraphs 1 and 2, of the Agreement,

Have agreed as follows:

Article I

1. The Brazilian Government shall authorize and guarantee the use of the Natal launch complex facilities for the Ariane programme. To that end, the Brazilian Government shall adapt the equipment of the launch complex, providing the necessary infrastructure and authorizing the installation of new Agency equipment.

2. The Brazilian Government shall operate the launch complex facilities and maintain them in an operational state such as to ensure the successful execution of Ariane launches. The Brazilian Government shall make every effort to ensure that Ariane launches have priority in the use of these facilities. The Parties shall consult each other with a view to avoiding any conflict between Ariane launches and other launches carried out from the launch complex. The arrangements for this priority-setting shall be specified in the Protocol between the Department of Research and Development of the Ministry of Aeronautics (hereinafter referred to as "DEPED") and the National Centre for Space Studies (hereinafter referred to as "CNES"), referred to in article III, paragraph 2, below.

1. United Nations, *Treaty Series*, vol. 1297, p. 161.

2. *Ibid.*, vol. 1366, p. 3.

Article II

The Brazilian Government shall, at the request of the Agency, make every effort to authorize, in addition, the use of the Alcantara launch complex facilities. The Brazilian Government and the Agency shall draw up an Addendum specifying the conditions for their use.

Article III

1. The Brazilian Government and the Agency shall delegate, respectively, the Brazilian Space Activities Commission (COBAE) and the National Centre for Space Studies to implement this Agreement.

2. Within the limits of the powers delegated to them under this Agreement, DEPED and CNES shall specify in a Protocol the type and level of the services to be provided, the maintenance and operation procedures and the financial arrangements based on the principles set out in article IV.

Article IV

1. COBAE and CNES shall draw up a programme for the replacement of the facilities and equipment of the launch complex during the period of the Agreement's extension. This programme shall be reviewed jointly each year and a report thereon transmitted to the Brazilian Government and the Agency.

2. The Protocol between DEPED and CNES referred to in article III, paragraph 2, above shall specify the procedures for arriving at a reasonable apportionment of the financial costs incurred in connection with the agreed replacement programme.

3. The cost of the launch complex services provided for Ariane launches shall be borne by the Agency, which shall pay a fixed sum per launch agreed between COBAE and the Agency, acting through the intermediary of CNES.

4. The Brazilian Government shall retain ownership of the replacement facilities and equipment, including those financed wholly or in part by the Agency.

5. The Brazilian Government and the Agency shall specify jointly the arrangements for the installation, use and ownership of the additional new equipment necessary for Ariane launches. Such equipment shall also be made available to the Brazilian Government for space activities carried out solely for peaceful purposes under its responsibility.

Article V

1. The Brazilian Government and the Agency shall determine jointly the technological fields in which, for the purposes of this Agreement and in accordance with their respective procedures, information shall be exchanged and the extent of access by Brazilian technicians to such information. The Agency shall keep the Brazilian Government informed of the evolution of its activities and launch programmes and shall notify it at the earliest op-

portunity of the new requirements resulting from the development of new configurations of the Ariane launcher.

2. The Brazilian Government shall facilitate all administrative procedures undertaken by the Agency or CNES within the framework of this cooperation. The Agency shall, at the request of the Brazilian Government, endeavour to facilitate the training of personnel and to provide it with any other assistance within the framework of its mission, in particular in obtaining in Europe the equipment used or likely to be used for Ariane launches, in accordance with its rules and procedures.

Article VI

The Brazilian Government and the Agency shall take the necessary steps to ensure the normal execution of their respective programmes.

Article VII

1. The Brazilian Government shall, in accordance with Brazilian legislation, authorize the use of such radio frequencies as the Natal launch complex may require for carrying out the Ariane programme. The Brazilian Government shall also ensure the protection of telecommunications and radio reception.

2. The Brazilian Government shall ensure that the Agency has access to the Brazilian telecommunications network and to the international telecommunications network.

Article VIII

For the purpose of the activities of the launch complex, the Agency may import or export, free of customs duty, the equipment, spare parts and measuring apparatus owned by it for which there is no Brazilian equivalent.

Article IX

1. Facilities in respect of their stay and travel in Brazilian territory shall be granted to the Agency and CNES personnel and to the persons designated by them who participate in Ariane programme activities in Brazilian territory.

2. Payments made by the Agency to its personnel shall not be subject to income tax, provided that such personnel are not residents and do not stay more than 183 days in Brazil in each financial year.

Article X

The Parties shall exchange the technical and scientific data in their possession concerning the use of telemetry and tracking equipment for their respective programmes. Each Party undertakes not to divulge such data to third parties without the prior consent of the other Party.

Article XI

1. Where damage caused to nationals of a State other than Brazil and other than any of the States members of the Agency involves liability under international law for damage caused by space objects, the Brazilian Government shall be liable only for the costs and compensation due in cases where the damage was caused by an operational error of the radar and/or tracking system under Brazilian responsibility. The Agency shall be liable for the costs and compensation due in all other cases.

2. Damage of any kind caused to persons in the service of the Agency or of the Brazilian Government who participate in activities connected with the execution of the Ariane programme shall be compensated by the Party in whose service such persons were acting, except in cases of gross negligence or of acts or omissions intended to cause damage.

3. The provisions of paragraph 2 shall also apply to damage caused to the property of the Parties.

Article XII

Any dispute which relates to the implementation or interpretation of this Agreement and concerning which it has not been possible to arrive at an amicable settlement between the Brazilian Government and the Agency shall be referred at the request of either Party to an arbitral tribunal to be established jointly by the Parties, unless the Parties agree on another method of settling the dispute.

Article XIII

1. This Agreement is concluded for a period of four years and may be extended by mutual consent of the Parties, which shall determine the period and conditions of such extension.

2. This Agreement may be amended by mutual consent of the Parties, at the request of either Party. Amendments agreed upon by the two Parties shall enter into force following an exchange of notes between the Brazilian Government and the Agency.

3. This Agreement may be denounced in case of force majeure or any event or act that permanently prevents either Party from fulfilling its obligations. In such cases, the Parties shall agree on liquidation measures, including for the completion of the activities under way.

Article XIV

This Agreement shall enter into force on the date on which each Party has notified the other, in writing, of the completion of the respective formalities necessary for its entry into force.

Done at Brasília and Paris on 3 May 1994, in duplicate, in the Portuguese and French languages, both texts being equally authentic. The Agency shall prepare versions in the English and German languages.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

ARNALDO LEITE PEREIRA

For the European Space Agency:

JEAN-MARIE LUTON